
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA ISABEL KURIBARA DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL: A trajetória
de adaptação e os obstáculos enfrentados.**

Rio Claro - SP
2025

ANA ISABEL KURIBARA DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL: A trajetória
de adaptação e os obstáculos enfrentados.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de licenciatura em
pedagogia.

Orientador(a): Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe

Rio Claro - SP
2025

C331e

Carvalho, Ana Isabel

EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL : A trajetória de adaptação e os obstáculos enfrentados / Ana Isabel Carvalho. -- Rio Claro, 2025

36 p. : fotos

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientador: Jorge Luís Mialhe

1. imigração japonesa. 2. educação. 3. escolas japonesas no Brasil. 4. identidade cultural. I. Título.

ANA ISABEL KURIBARA DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL: A trajetória
de adaptação e os obstáculos enfrentados.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de licenciatura em
pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe

Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão

Prof. Dr. Rinaldo Correr

Aprovado em: 06 de novembro de 2025

Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Luís Mialhe, deixo meu profundo agradecimento pela orientação e paciência, sua experiência e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

À minha família, pelo amor, paciência e apoio incondicional durante toda a minha trajetória acadêmica, principalmente aos meus pais, por sempre colocarem como prioridade a minha formação, tive ao meu lado pessoas que acreditaram em mim e me incentivaram a seguir em frente. Sem todo o suporte de vocês, esta conquista não teria sido possível.

Aos meus amigos, por se tornarem minha família e minha base em Rio Claro, por nunca me deixarem desistir e nem me sentir sozinha nos momentos difíceis. Em especial a Maria Luiza, vou ser eternamente grata por todas as conversas, risadas, brincadeiras, reclamações e choros, esta cidade não seria a mesma sem você.

Agradeço também aos demais professores da Universidade Estadual Paulista, por contribuírem com minha formação e por proporcionarem um ambiente de aprendizado e desenvolvimento ao longo do curso.

Por fim, a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa jornada, direta ou indiretamente, meu muito obrigado. Cada gesto, conselho e demonstração de apoio foi essencial para que eu pudesse chegar até aqui.

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória da educação entre os imigrantes japoneses no Estado de São Paulo, desde a chegada dos primeiros grupos em 1908, até o período pós-Segunda Guerra Mundial em 1958. Inicialmente, a imigração japonesa foi marcada por um caráter temporário, com o objetivo de acumular recursos e retornar ao Japão. No entanto, a necessidade de mão de obra no Brasil e a rigidez dos contratos de trabalho, além das dificuldades enfrentadas, forçaram muitas famílias a se estabelecerem definitivamente, especialmente no interior de São Paulo. Nesse contexto, surgiram colônias agrícolas, os *shokumin-chi*, caracterizadas por forte coesão étnica e isolamento geográfico. A educação nessas comunidades priorizava a preservação da língua e da cultura japonesa, com escolas organizadas coletivamente, ministradas em japonês e, em muitos casos, sem apoio estatal. A partir da década de 1930, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e, sobretudo, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, políticas nacionalistas passaram a reprimir duramente manifestações culturais estrangeiras, incluindo as nipônicas. Escolas japonesas foram fechadas, o uso do idioma foi proibido e a comunidade sofreu perseguições e censura. No pós-guerra, com o fim da expectativa de retorno ao Japão, os imigrantes passaram a investir na integração de seus filhos ao sistema educacional brasileiro, buscando ascensão social. Como resultado, as escolas japonesas perderam espaço, e a educação formal em português passou a ser valorizada como instrumento de adaptação e mobilidade social. Neste trabalho, proponho uma revisão desse tema sobre os desafios da educação enfrentados pelos imigrantes japoneses focando, particularmente, nos primeiros 50 anos após o início da chegada ao Brasil.

Palavras-chave: imigração japonesa; educação; escolas japonesas no Brasil; identidade cultural.

ABSTRACT

This paper analyzes the educational trajectory of Japanese immigrants in the state of São Paulo, from the arrival of the first groups in 1908 to the post-World War II period in 1958. Initially, Japanese immigration was temporary, with the aim of accumulating resources and returning to Japan. However, the need for labor in Brazil and the rigidity of labor contracts, in addition to the difficulties faced, forced many families to settle permanently, especially in the interior of São Paulo. In this context, agricultural colonies, the *shokumin-chi*, emerged, characterized by strong ethnic cohesion and geographic isolation. Education in these communities prioritized the preservation of the Japanese language and culture, with collectively organized schools taught in Japanese and, in many cases, without state support. Beginning in the 1930s, during Getúlio Vargas's *Estado Novo* regime and, especially, with Brazil's entry into World War II, nationalist policies began to harshly repress foreign cultural expressions, including Japanese ones. Japanese schools were closed, the use of the language was banned, and the community suffered persecution and censorship. In the post-war period, with the end of expectations of returning to Japan, immigrants began investing in integrating their children into the Brazilian educational system, seeking social advancement. As a result, Japanese schools lost their presence, and formal education in Portuguese began to be valued as a tool for adaptation and social mobility. In this paper, I propose a review of this topic regarding the educational challenges faced by Japanese immigrants, focusing particularly on the first 50 years after their arrival in Brazil.

Keywords: Japanese immigration; education; Japanese schools in Brazil; cultural identity.

Title in english: EDUCATION OF JAPANESE IMMIGRANTS IN BRAZIL: The trajectory of adaptation and the obstacles faced.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Japoneses embarcando em Kobe, Japão, no navio Kasato Maru, com destino ao Brasil.....	13
FIGURA 2. Mapeamento dos imigrantes japoneses no Estado de São Paulo em 1913.....	16
FIGURA 3. Estudantes da Escola Primária Taisho em 1940.....	19
FIGURA 4. Senhora Michie Akama com alunas na Escola de Corte e Costura Akama em 1933.....	20
FIGURA 5. Quadro exposto em locais públicos produzido pela delegacia de São Lourenço do Sul, RS, em 1942.....	24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 METODOLOGIA.....	9
2 CONTEXTO HISTÓRICO.....	9
3 EDUCAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES.....	14
3.1 Primeiro período (1908-1938).....	14
3.2 Segundo período (1939-1945).....	20
3.3 Terceiro período (1946-1958).....	25
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

A imigração japonesa para o Brasil teve início em 1908, com a chegada do navio Kasato Maru ao Porto de Santos, marco simbólico de um fluxo migratório que perdurou até a década de 1970 (TANAKA, 2003.). Esse processo migratório não ocorreu de forma isolada, mas foi consequência de profundas transformações sociais, políticas e econômicas que afetaram tanto o Japão quanto o Brasil no final do século XIX e início do século XX. No Japão, a modernização promovida pela Restauração Meiji¹ desencadeou mudanças estruturais na economia agrária e nas relações de trabalho, provocando o êxodo de parte da população em busca de melhores condições de vida no exterior (MOTOYAMA, 1994). Paralelamente, o Brasil, recém-saído do regime escravocrata após a abolição da escravidão em 1888, buscava formas de suprir a demanda por mão de obra nas lavouras de café, especialmente no estado de São Paulo. Nesse contexto, a imigração passou a ser incentivada por ambos países como estratégia para trazer uma solução para os conflitos e necessidades que cada governo enfrentava (ALMEIDA, 2007).

Segundo um levantamento realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo em 1908, 772 imigrantes japoneses foram inicialmente encaminhados para as lavouras de café, porém apenas 191 permaneceram no país (LOURENÇÃO, 2015). Esses dados mostram que no início a imigração japonesa para o Brasil foi caracterizada por um contexto de incertezas e um caráter de experimentação, levando assim a uma dificuldade de adaptação dos nipônicos aos territórios brasileiros. É importante destacar que, embora o governo brasileiro demonstrasse pouco interesse na permanência de trabalhadores temporários, adotando diversas medidas para incentivar a fixação dos imigrantes no território nacional, os japoneses não compartilhavam dessa mesma perspectiva. Em sua maioria, esses nativos japoneses migraram com o objetivo de acumular recursos financeiros e posteriormente retornar ao Japão (SUZUKI, 1995).

Foi somente a partir de 1921 que os imigrantes japoneses passaram a se organizar em comunidades afastadas dos centros urbanos, onde o isolamento favorecia a construção de uma estrutura social própria. Esses agrupamentos, conhecidos como *Shokumin-chi*, ou colônias, tornaram-se espaços fundamentais para a preservação cultural (MITA, 1999). Foi nesse contexto que surgiram as primeiras escolas japonesas, criadas e mantidas pelos próprios membros da

¹ Mencionado na página 11 deste trabalho.

comunidade, fazendo assim com que a educação se tornasse um dos principais instrumentos de adaptação, integração e resistência cultural.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a trajetória educacional da comunidade japonesa no estado de São Paulo, no período compreendido entre 1908 e 1958. A pesquisa concentra-se nas dificuldades enfrentadas pelas famílias japonesas e seus descendentes já nascidos no Brasil no acesso à educação formal, na fundação de escolas comunitárias nas colônias agrícolas, nos distintos modelos de instituições de ensino frequentados por essa população, bem como nos obstáculos impostos por políticas estatais em períodos de tensão internacional. Especial atenção será dada aos impactos dessas perseguições e restrições, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, sobre o processo educacional dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil.

1 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender e analisar como se estruturou a educação dos imigrantes japoneses no Brasil e as dificuldades enfrentadas, durante os primeiros cinquenta anos, no Estado de São Paulo. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de reunir e interpretar o conhecimento já produzido sobre o tema, identificando contribuições acadêmicas, marcos legais e referenciais históricos relevantes. O período a que se restringe esta análise, entre 1908 e 1958, coincide com o estabelecimento de ao menos duas gerações desde o marco da chegada dos primeiros imigrantes.

A presente pesquisa contemplou a seleção e análise de fontes primárias, como legislações produzidas e promulgadas durante o período histórico abrangido pelo estudo. Tais documentos normativos foram examinados com o objetivo de identificar os marcos legais que influenciaram diretamente as políticas educacionais voltadas aos imigrantes japoneses no Brasil, bem como compreender o contexto pelo qual o país passava que moldou as práticas educacionais destinadas a essa população ao longo do tempo.

Foi utilizada a plataforma Google Acadêmico para uma consulta sistematizada da literatura sobre este tema, utilizando como palavras-chave: 'Imigração japonesa', 'educação de imigrantes japoneses' e 'escolas japonesas no Brasil'. Esta pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro de 2024 e agosto de 2025. Em seguida selecionados a base de informações com a relevância temática, qualidade do conteúdo e contribuição para o aprofundamento da discussão sobre o tema abordado pelo trabalho. Assim ao final foram analisados dois livros, publicados em 2000 e 2019, e vinte e dois artigos científicos veiculados em periódicos nacionais entre os anos de 1995 e 2022

2 CONTEXTO HISTÓRICO

De forma geral, pode-se afirmar que as motivações que levaram à imigração japonesa para o Brasil remontam ao final do século XIX, estando diretamente relacionadas às profundas mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas tanto no Japão quanto no Brasil. No contexto japonês, os processos de modernização e

abertura ao ocidente impulsionados pela Restauração Meiji provocaram transformações significativas na estrutura agrária e no mercado de trabalho, levando à migração de parte da população em busca de melhores condições de vida. Por outro lado, o Brasil, recém-saído do sistema escravocrata com a abolição da escravidão e buscando substituir a mão de obra cativa por trabalhadores livres, viu na imigração uma alternativa estratégica para impulsionar a economia agrícola, especialmente nas lavouras de café em São Paulo.

No ano de 1603, o Japão se encontrava sobre uma nova liderança após a vitória da batalha de Sekigahara², Ieyasu Tokugawa assumiu o comando do que levaria o nome de Período Edo ou Período *Tokugawa*, sendo o fundador e primeiro *Xogum* da dinastia do clã Tokugawa (LEMOS; RIBEIRO, 2018). Assim, foi instaurado um novo sistema de governo para o país, o Baku-han, combinando o poder central dos xoguns (*Bakufu*) que supervisionavam os Daimyos (governadores dos domínios feudais) e impunham leis nacionais, políticas econômicas e restrições militares. Ainda assim, os *Daimyos* tinham certa autonomia para administrar seu território, cobrar impostos, manter suas próprias forças armadas e aplicar leis locais (LEMOS; RIBEIRO, 2018).

No início do governo Tokugawa, foram permitidos intercâmbios entre os japoneses e os povos de países asiáticos vizinhos, o que possibilitou a presença nipônica em diversas nações, como as atuais Filipinas, Tailândia, Camboja e Birmânia. No entanto, essa política foi rapidamente revogada. Os japoneses passaram a ser proibidos de deixar o território nacional, e aqueles que haviam emigrado foram impedidos de retornar ao Japão, sob a justificativa de que o contato com estrangeiros poderia comprometer ou ameaçar a autoridade e a estabilidade do regime Tokugawa (MOTOYAMA, 1994).

Ieyasu Tokugawa tinha como principal objetivo estabelecer a estabilidade no território japonês, tendo em vista que o país havia recém-saído de um longo período de guerras civis que se estendeu por aproximadamente um século e meio. Nesse contexto, ele considerava essencial conter a influência de ideias ocidentais, incluindo o cristianismo, por acreditar que tais doutrinas poderiam comprometer a ordem

² Batalha que colocou fim às guerras civis que estavam ocorrendo no Japão, desencadeada pela morte do *daimyo* Hideyoshi Toyotomi, responsável pela unificação do país (LEMOS; RIBEIRO, 2018).

social e política que pretendia instaurar, tornando o país recluso e isolado por aproximadamente dois séculos e meio (LEMOS; RIBEIRO, 2018).

O Período Edo durou cerca de 264 anos, porém começou a enfrentar problemas durante o século XVIII, devido às rebeliões que foram emergindo, resultado da fome e miséria enfrentada nas lavouras, e também às ideologias mundiais causadas pela Revolução Industrial, gerando a ascensão de novas potências industriais como França, Rússia, Alemanha e Estados Unidos (MOTOYAMA, 1994). Durante o ano de 1853, sob a autoridade do Comandante Perry, foi assinado o tratado de Kanagawa, que permitia o acesso norte-americano aos portos de Shimoda e Hakodate, o que impulsionou o significativo aumento do comércio entre os dois países. Entretanto, este acordo não foi bem visto entre os japoneses, que enxergaram tal ato como um sinal de fraqueza do *xogunato*, e piorando a situação, ocorreu a morte do *Xogum*, trazendo mais problemas entre o governo e a população (MOTOYAMA, 1994). Como consequência de tais acontecimentos, no ano de 1868, samurais de baixa hierarquia lideraram uma longa revolução dando origem à Restauração Meiji.

O objetivo inicial do governo Meiji consistia em inserir o Império Japonês no sistema interestatal europeu, caracterizado principalmente pela centralização do poder político nas mãos dos Estados e por uma economia marcada por um contínuo processo de industrialização e desenvolvimento (LEMOS; RIBEIRO, 2018). Ainda no mesmo ano, o recente Imperador Mutsuhito Tenno, também conhecido como Imperador Meiji, publicou a 'Declaração dos Cinco Artigos', onde nela ele se comprometeu a diversas atitudes que envolviam a melhoria do Estado, dentre elas buscar conhecimento em todas as partes do mundo, contratando mais de três mil conselheiros estrangeiros e enviando japoneses para estudar em outros países (CRÉ; SARRAFF; LACERDA, 2012).

Vale ressaltar também o grande avanço industrial que ocorreu no país durante esse período, gerando diversas oportunidades de emprego, a introdução da tecnologia, o sistema de transportes e comunicações, propagando também uma mentalidade capitalista entre a população. No entanto, ao mesmo tempo em que vários aspectos da sociedade seguiam avançando, paralelamente, gerou impactos sociais negativos, como o desemprego entre aqueles que se encontravam despreparados para essa nova etapa (ALMEIDA, 2007).

Outra consequência desta fase da história foi o aumento de migrações internas, resultando em um crescimento populacional significativo, que levou a uma falta de emprego, escassez de alimentos, falta de assistência médica e o agravamento da pobreza (ALMEIDA, 2007). Consequentemente, a emigração começou, cada vez mais, a se tornar uma solução para tais problemas, o que, mais tarde, veio a se tornar uma política pública por parte do governo (ALMEIDA, 2007). Naquele momento, o governo japonês contou com a colaboração de empresas privadas que tinham a função de elencar países que precisavam de mão de obra e, em seguida, organizar o recrutamento de emigrantes japoneses interessados mediante a cobrança de uma taxa pelos serviços prestados. Dentre estes países que receberam imigrantes nipônicos, estão, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Brasil.

No Brasil, a história da imigração se inicia no século XVI em um contexto de colonização e escravidão, com o fluxo principalmente de imigrantes portugueses, além do tráfico constante de africanos. Todavia, três eventos se mostram importantes para a entrada de imigrantes livres e de outras origens no mundo no território brasileiro. O primeiro foi a independência do Brasil no ano de 1822, marcando assim o fim do domínio colonial português e o início do Império do Brasil, o que trouxe a necessidade de povoar as áreas inóspitas do país. O segundo foi a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, ou Ato Adicional, em 1850, que proibia a importação de escravos africanos, trazendo o fim do tráfico negreiro. Por fim, o terceiro evento ocorreu em 1888, quando foi decretada a Lei Áurea, que abolia oficialmente a escravidão em todo o território brasileiro.

Durante este período, o país possuía uma economia em constante crescimento, predominantemente agrária e exportadora, baseada principalmente na produção de café. Com o fim da escravidão, o Brasil começou a apresentar grandes dificuldades em relação a falta de mão-de-obra para trabalhar nas lavouras, algo antes realizado por escravos negros africanos. Consequentemente, a partir do século XIX, iniciaram as campanhas para atrair imigrantes de diversas nacionalidades ao país com o objetivo de suprir as necessidades de trabalhadores nas fazendas brasileiras (PATARRA; FERNANDES, 2011).

Em 1884, o deputado japonês Massayo Neguishi realizou a primeira visita oficial de um representante do governo nipônico ao Brasil e, no ano seguinte, foi estabelecido o primeiro tratado comercial marítimo entre Brasil e Japão, juntamente

com a chegada do primeiro diplomata japonês em território brasileiro, Arinori Mori. Durante o ano de 1897, a Companhia de Imigração Toyô do Japão e a empresa brasileira Prado & João, estabeleceram um contrato que previa a vinda de 1.500 japoneses para cafezais paulistas. Contudo, esta parceria não foi bem sucedido e a vinda dos trabalhadores japoneses não ocorreu. No período entre 1906 e 1907, Ryû Mizuno, presidente da Companhia Colonizadora Kôkuko, esteve no Brasil para avaliar as condições ambientais e agrícolas do Estado de São Paulo. Em sua segunda visita, firmou um acordo com o governo estadual paulista que previa a imigração anual de 3 mil pessoas a partir de 1908 (OCADA, 2012). Em decorrência desses fatos, no dia 18 de junho de 1908, o navio cargueiro Kasato Maru, aportou em Santos, trazendo 781 imigrantes com destino às lavouras de café no interior de São Paulo, marcando assim oficialmente a primeira chegada de japoneses para morar no Brasil (ALMEIDA, 2007).

FIGURA 1. Japoneses embarcando em Kobe, Japão, no navio Kasato Maru, com destino ao Brasil



Fonte: Amazônia Brasil Rádio Web

De acordo com informações obtidas pela Embaixada do Brasil em Tóquio, entre 1908 até 1941, o Brasil recebeu cerca de 188.986 imigrantes. Era estabelecido que os japoneses viessem ao país em famílias de no mínimo três pessoas aptas para o trabalho agrícola, entre 12 e 50 anos, para promover o povoamento e evitar o

abandono do trabalho. Os imigrantes vinham também com um contrato de permanência mínima no país de dois anos e com a passagem subsidiada pelo Governo de São Paulo, para depois ser descontada de seus salários (TANAKA, 2003).

Podemos dividir a imigração japonesa em três períodos, o primeiro sendo dos anos de 1908 a 1924, onde cerca de trinta e um mil imigrantes adentraram o país, época marcada pelo subsídio do governos paulista com as despesas de transportes dos imigrantes. O segundo período durou de 1924 até 1941, onde os subsídios financeiros se invertem e passam a ser dados pelo governo japonês, quando ocorre uma diminuição progressiva de imigrantes Isso ocorre, sobretudo, pela crescente tensão mundial dada pela ampliação da Segunda Guerra Mundial. Finalmente, o terceiro período de imigração inicia em 1952, praticamente acabando durante a década de 70 (SUZUKI, 1995).

Não obstante, do tocando a educação, não será utilizada a mesa periodização. Optou-se, neste caso, pelas balizas cronológicas antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial.

3 EDUCAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES

3.1 Primeiro período (1908-1938)

De acordo com estudos realizados por Hiroshi Saito (1961), entre os anos de 1908 e 1920, aproximadamente 28.483 imigrantes japoneses desembarcaram no Brasil, estabelecendo-se majoritariamente no Estado de São Paulo. Já no período compreendido entre 1917 e 1940, o número de japoneses que migraram para o país chegou a 164.000 indivíduos. O processo inicial de imigração japonesa para o Brasil teve um início marcado por incertezas e caráter experimental, cujas consequências eram completamente imprevisíveis tanto para a sociedade brasileira quanto para os próprios japoneses (SAITO, 1961).

Com a chegada dos japoneses, o governo brasileiro não tinha interesse em trabalhadores temporários e, dessa forma, procurou-se regulamentar cuidadosamente a chegada e a permanência dos imigrantes do Japão. Dadas as condições para entrada no Brasil, acreditava-se que haveria uma maior fixação no país e uma menor probabilidade de abandono do trabalho. No entanto, a ideia dos japoneses parecia divergir com aquela do governo brasileiro, uma vez que os

imigrantes não possuíam interesses em se estabelecer no Brasil, e viam o trabalho no país apenas como uma oportunidade de juntar dinheiro de maneira rápida e retornar ao Japão com uma condição financeira melhor.

Um exemplo claro e significativo dessa dinâmica pode ser observado na formação de diversos núcleos familiares que se estabeleceram no Brasil durante os primeiros anos do processo de imigração. Conforme apontam os dados do censo feito no ano de 1958, aproximadamente 40% das unidades familiares que chegaram ao país entre os anos de 1908 e 1921 eram compostas por integrantes conhecidos como *Kôsei-kazoku*. Esse termo se refere a indivíduos sem laços consanguíneos diretos com o chefe da família, mas que foram incorporados ao grupo doméstico por meio de vínculos sociais ou legais, onde eram por muitas vezes fictícios. Entre esses vínculos, destacam-se a adoção formal ou simbólica pelo chefe da casa, casamentos arranjados, bem como a inclusão de parentes que tradicionalmente não faziam parte do núcleo familiar restrito, como tios, cunhados, primos ou irmãos adultos. Essa configuração revela a flexibilidade dos arranjos familiares e a vontade dos japoneses de virem ao país individualmente com a intenção de conseguir dinheiro e voltar (SUZUKI, 1995).

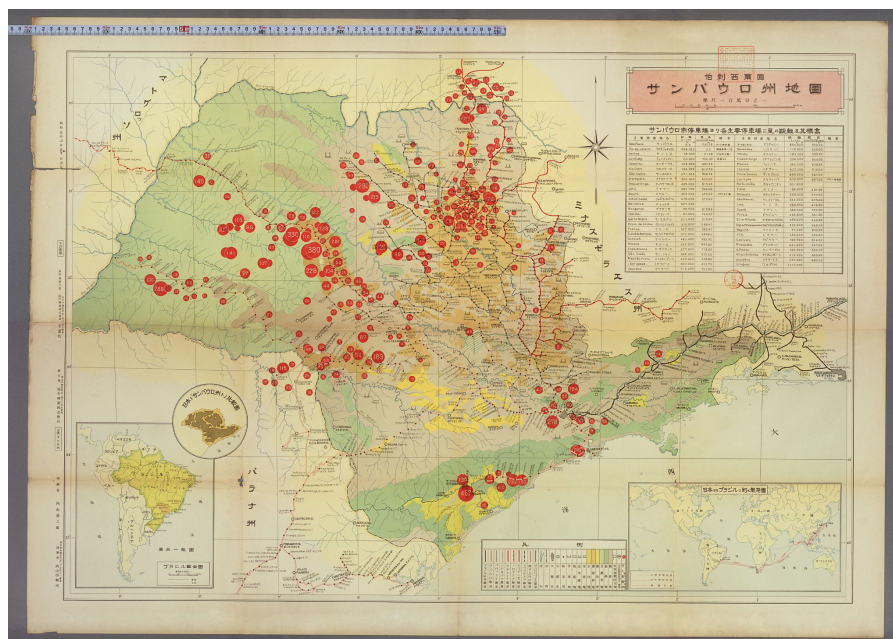
O período compreendido entre os anos de 1926 e 1941, destacou-se pelo intenso movimento migratório e pela consolidação de núcleos étnicos, conhecidos como colônias ou *Shokumin-chi*.

Os japoneses, então, compravam os lotes na frente de expansão, junto com aqueles com os quais conviveram na fazenda de café, principalmente na região Mogiana, ou que eram da mesma província do Japão, e/ou que viajaram no mesmo navio para o Brasil. Ali, recebendo a ajuda financeira e/ou técnico-agrícola do governo japonês através de seu consulado em São Paulo, os japoneses formaram o povoamento de alta homogeneidade étnica, que se chamava 'shokumin-chi', ou seja, colônia". (MITA, 1999, p. 58).

Essas colônias, por estarem localizadas em áreas remotas e distantes dos centros urbanos, desenvolveram uma estrutura social particular. Esse isolamento favoreceu a criação de formas próprias de organização comunitária, incentivando o surgimento de associações locais e, sobretudo, de instituições educacionais voltadas ao atendimento das necessidades das famílias de imigrantes. O objetivo

era atender às necessidades educacionais das crianças e fomentar a colaboração entre os integrantes da comunidade, além de facilitar a interação entre os diferentes núcleos coloniais já estabelecidos.

FIGURA 2. Mapeamento dos imigrantes japoneses no Estado de São Paulo em 1913



Fonte: Biblioteca Nacional do Japão

Outro aspecto que motivou a preocupação dos imigrantes japoneses com a criação de escolas foi o nível educacional que traziam consigo. De acordo com levantamentos realizados pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, referentes ao período entre 1908 e 1932 e baseados em imigrantes desembarcados no Porto de Santos, constatou-se que os japoneses apresentavam o segundo maior grau de escolaridade entre os grupos estrangeiros que chegavam ao Brasil. Ainda segundo esses dados, o índice de analfabetismo entre os japoneses com mais de 12 anos de idade era de apenas 10,1%, ou seja, 89,9% dessa população era alfabetizada (DEMARTINI, 2000).

Em um primeiro momento, a implantação de escolas nas colônias não demandava grandes investimentos financeiros. As edificações eram, em sua maioria, erguidas pelos próprios pais dos alunos e pelos integrantes das associações comunitárias locais. Frequentemente, utilizavam-se materiais simples e

acessíveis, como madeira rústica e barro, sendo comuns as construções em pau-a-pique, com paredes de terra e piso de chão batido. Em situações em que o número de estudantes era reduzido, as atividades escolares podiam ser realizadas em residências particulares, adaptadas temporariamente para funcionar como sala de aula. Essa organização inicial refletia o esforço coletivo das comunidades coloniais em promover a educação, mesmo diante de recursos limitados e infraestrutura precária (DEMARTINI, 2000)

Conforme já exposto, a educação das crianças descendentes de japoneses refletia a expectativa de um possível retorno ao país de origem. Assim, os pais demonstravam preferência por uma formação pautada na língua materna e na preservação dos costumes nipônicos, a fim de evitar defasagens culturais e linguísticas quando retornassem ao país de origem. Por essa razão, inicialmente, o ensino nas escolas era integralmente ministrado em japonês.

No que se refere ao corpo docente, as colônias japonesas no Brasil contavam com um número bastante reduzido de pessoas devidamente qualificadas para exercer a função de professor. Diante dessa escassez, era comum que indivíduos com maior nível de escolaridade assumissem essa responsabilidade, mesmo sem formação específica na área. Foi apenas em 1927 que se deu a fundação da *Zaihaku Nihonjin Kyoikukai* (Associação Educativa dos Japoneses Residentes no Brasil), com o apoio do Consulado Geral do Japão, que iniciaram-se os convites formais a presidentes e diretores educacionais dos núcleos comunitários, bem como a liberação de subvenções por parte do governo estadual destinadas à construção e fortalecimento das instituições escolares (DEMARTINI, 2000).

No ano de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, o Departamento de Educação do Estado de São Paulo estabeleceu a obrigatoriedade do registro das instituições situadas nas colônias como Escolas Mistas Rurais, incorporando oficialmente a língua portuguesa como parte integrante do currículo escolar. Dessa forma, essas escolas construídas pelas comunidades passaram a ser incorporadas ao sistema público de ensino por meio de diferentes modalidades administrativas, sendo classificadas como instituições estaduais ou municipais, com gestão particular em alguns casos.

Demartini (2000) classifica as escolas japonesas em seis tipos diferentes: a) escolas agrícolas construídas pelas companhias de imigração; b) escolas noturnas

para jovens e adultos; c) escolas de língua japonesa para crianças, depois transformadas em escolas primárias isoladas e grupos escolares públicos; d) escolas primárias completas mantidas por particulares; e) escolas primárias completas mantidas por ordens religiosas e f) escolas primárias/médias profissionalizantes. As escolas agrícolas construídas pelas companhias de imigração tinham o objetivo de formar jovens para assumir as posições de liderança da comunidade japonesa no Brasil. Elas contavam com aulas de técnicas agrícolas, língua portuguesa e japonesa, conhecimentos gerais e história e geografia do Brasil. Dentre elas se destacava a Escola Prática de Agricultura M'Boi, que recebia apoio da empresa privada *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*.

Existiam também as escolas noturnas para jovens e adultos, quando estes tinham a oportunidade de estudar.

Também na colônia de Itaquera, muito distante do centro, havia uma escola noturna: “Tinha aos domingos para as crianças e à noite para os moços que queriam estudar, não é? As aulas eram dadas durante a semana à noite” (Entrevistado TK). (DEMARTINI, 2000, p.52)

Outro modelo eram as escolas de língua portuguesa e japonesa para crianças, as quais vieram a se tornar grupos escolares públicos, com classes mistas e destinadas aos filhos de agricultores. Nessas escolas eram oferecidas aulas até o segundo ou terceiro ano primário, com aulas ministradas tanto em português quanto em japonês.

Ele (o pai) que trouxe a escola que nós temos no bairro, ele que fez muito esforço (para criar) a Escola Pública (no bairro de Taboão da Serra). Era pública, mas era japonesa, também. Quer dizer que era escola pública e ficava junto com a japonesa. Então, quer dizer que eles construíram uma parte e deram pra escola pública e a outra era escola japonesa.(...) (A escola chamava-se) Escola Mista Nipo-brasileira.(...) Meu pai veio aqui em 30... Em 33 já construiu escola. (Entrevistado S). (DEMARTINI, 2000, p.52)

Já as escolas primárias completas mantidas por particulares, eram o oposto das citadas anteriormente. Dentre estas se destacava a Escola Primária *Taisho*, fundada em 1914, sem nenhuma interferência do governo brasileiro em seu funcionamento. As aulas eram ministradas no período da manhã e da tarde, uma

vez que seus alunos não trabalhavam e podiam focar apenas em seus estudos. Essa modalidade de escola as aulas de português eram conduzidas por professores brasileiros, porém eles tinham que se esforçar para transmitir os conhecimentos em japonês. Na área central da cidade de São Paulo existiam as escolas primárias deste modelo mantidas por religiosos, como o Colégio Católico Japonês São Francisco Xavier, onde no período da manhã as aulas eram ministradas em português por professoras brasileiras e, no período da tarde, as aulas eram em japonês. Nem todos os alunos dessas escolas eram católicos. Assim, muitos só frequentavam o segundo período para aprender o japonês.

FIGURA 3. Estudantes da Escola Primária *Taisho* em 1940



Fonte: Jornal Nikkei

Por fim, existiam as escolas primárias e médias profissionalizantes, essas apelidadas de “escolas de noivas” dedicadas apenas para mulheres, como a Escola de Corte e Costura Akama, que funcionava como pensionato para servir as moças que vinham das colônias do interior de São Paulo. Ofereciam aulas de japonês, português, trabalhos manuais, etiqueta, culinária, e conhecimentos gerais. Os mantenedores dessas escolas ensinavam tudo o que julgavam necessário para se tornarem ‘donas de casa’.

FIGURA 4. Senhora Michie Akama com alunas na Escola de Corte e Costura Akama em 1933



Fonte: Fundação Michie Akama

3.2 Segundo período (1939-1945)

Para compreender a educação dos imigrantes japoneses no período de 1939 a 1945, torna-se imprescindível analisar o contexto histórico vigente, bem como a posição ocupada por Brasil e Japão no cenário geopolítico mundial à época. Em 1930, teve início o governo de Getúlio Vargas no Brasil, marcando o começo do período conhecido como “Era Vargas”. O intervalo entre 1937 e 1945 ficou caracterizado pelo regime do “Estado Novo”, sendo um dos primeiros atos desse período do governo a promulgação do Decreto-Lei nº 406, que tratava da entrada de estrangeiros no território nacional. Tal lei incluía diversos artigos que impactaram diretamente a educação dos imigrantes no país de forma abrangente, dentre eles destacam-se:

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça (BRASIL, 1938)

As imposições impactaram diretamente as escolas de imigrantes do Japão, uma vez que passaram a ser proibidas de utilizar o idioma japonês em sala de aula, bem como de adotar livros didáticos que não estivessem na “língua materna” do país em que estavam estabelecidas. Como resultado deste decreto, não apenas as escolas japonesas foram impactadas, mas também diversos meios de comunicação, como rádios e jornais produzidos em língua japonesa. Essa medida contribuiu para a desinformação tanto sobre o país de origem quanto sobre o país de residência, especialmente entre os imigrantes que não dominavam a língua portuguesa, afetando diretamente a vontade dos japoneses de educarem e passarem seus costumes e cultura para seus filhos.(INAMURA, 2022).

No dia 1º de setembro de 1939, teve início a Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Polônia pelas forças armadas da Alemanha nazista. Esse evento marcou o início de um dos conflitos mais devastadores da história contemporânea, que se estendeu por 2.174 dias. A guerra chegou ao fim em agosto de 1945, após os bombardeios atômicos sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, culminando na capitulação, rendição formal do Japão e encerrando oficialmente o conflito.

No contexto histórico em questão, o Japão encontrava-se alinhado com os regimes totalitários da Alemanha e da Itália, liderados, respectivamente, por Adolf Hitler e Benito Mussolini. Essa aliança político-militar tinha como objetivo a expansão territorial e o fortalecimento da capacidade industrial e militar dessas nações,

visando consolidar sua influência e supremacia global. O pacto entre esses três países ficou conhecido como o Eixo, uma união que desempenhou um papel central no desencadeamento e na condução da Segunda Guerra Mundial.

O “acordo tríplice” destinava-se a assegurar aos signatários o domínio do mundo através da implantação de uma “Nova Ordem” na Europa e na Ásia. Esperava-se que a Espanha fascista também participasse dessa aliança, todavia o governo de Madri optou pela neutralidade. Em linhas gerais, o documento que foi assinado pelos governos de Berlim, Roma e Tóquio, em 1941, estabelecia o auxílio econômico, político e militar, caso uma das partes contratantes fosse atacada por uma nação não envolvida na guerra européia ou no conflito sino-japonês. (GONÇALVES, 2010, p,206)

No dia 7 de dezembro de 1941, ocorreu o ataque japonês à base naval americana de Pearl Harbor, localizada em Honolulu, no Havaí, marcando a entrada oficial dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial ao lado das nações que compunham os “Aliados” (como Inglaterra, França e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). No ano seguinte, foi firmado o Acordo de Washington, que tinha como objetivo estreitar as relações diplomáticas e estratégicas entre o Brasil e os Estados Unidos, pressionando o governo brasileiro a adotar uma postura mais ativa no contexto do conflito global.

Em 15 de agosto de 1942, o submarino alemão U-507 atacou o paquete Baependi na costa de Alagoas vitimizando 270 tripulantes, algumas horas depois afundou o paquete Araraquara, com 131 pessoas, no dia seguinte torpedeou o paquete Aníbal Benévolo, e, no dia 17 de agosto, o paquete Itagiba, que dentre seus passageiros, possuía o Sétimo Grupo de Artilharia de Dorso, e o paquete Arará, que recolhia os naufragos dos primeiros ataques, por fim, dia 19 de agosto, afundou uma pequena embarcação veleira que levava o nome de Jacira (SILVA, 2019). Por consequência dos ataques, o governo brasileiro entrou em estado de guerra contra o Eixo, rompendo todas as relações com o governo japonês em no mesmo mês (SILVA, 2019).

Em cinco dias, um único submarino afundou seis navios dedicados às linhas de cabotagem, vitimizando 6-7 pessoas. Foi um choque para os brasileiros, reverberando pelas manchetes dos jornais que noticiaram as manifestações de rua nas maiores capitais, todas

clamando pela guerra. Se ao governo ditatorial de Getúlio Vargas ainda interessava manter uma posição dúbia em relação à participação efetiva na guerra ao lado das democracias ocidentais, a violência dos ataques de agosto de 1942 levou à declaração de estado de beligerância com a Alemanha em 22 daquele mês e, finalmente, ao estado de guerra contra o Eixo no último dia de agosto (SILVA, 2019, p, 170).

No primeiro dia de outubro do mesmo ano, o governo do Getúlio Vargas promulgou o Decreto-Lei nº 4.766, com sessenta e nove artigos, para combater possíveis crimes contra o Estado durante o período da guerra. Dentre eles, destacam-se:

Art. 5. Praticar crime de revolta ou motim: Pena – aos cabeças: morte, grau máximo; reclusão por vinte anos, grau mínimo; aos co-réus: reclusão de vinte a trinta anos, ressalvada, quanto ao executor de violência, a pena a esta correspondente, se for mais grave.

Art. 25. Utilizar-se de qualquer meio de comunicação, para dar indicações que possam por em perigo a defesa nacional: Pena – reclusão, de quatro a dez anos, se o fato não constituir crime mais grave.

Art. 21. Promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem: Pena – reclusão, de oito a vinte anos, ou morte, grau máximo e reclusão por vinte anos, grau mínimo, se o crime for praticado no interesse de Estado em guerra contra o Brasil, ou de Estado aliado ou associado ao primeiro. (BRASIL, 1942)

FIGURA 5. Quadro exposto em locais públicos produzido pela delegacia de São Lourenço do Sul, RS, em 1942



Fonte: Acervo de Edilberto Luiz Hammes

Como consequência destas legislações, os imigrantes japoneses à época foram proibidos de se comunicar em sua língua materna, bem como de se reunir em grupos com mais de três pessoas, medidas que limitaram severamente sua expressão cultural e social. Com o acirramento do sentimento anti-nipônico e o aumento das perseguições direcionadas à comunidade japonesa, muitos imigrantes consideraram necessária a evacuação tanto da cidade de São Paulo quanto do litoral paulista. Paralelamente, os representantes diplomáticos do governo japonês deixaram o país e retornaram ao Japão, evidenciando a sensação de desamparo em que os imigrantes viviam (INAMURA, 2022).

Todo esse contexto mundial impactou não apenas o funcionamento e a legislação das instituições de ensino, conforme já mencionado, mas também resultou no fechamento de diversas escolas mantidas pela comunidade japonesa. Entre os exemplos mais significativos estão as escolas primárias particulares *Yoseguaken* e *Taisho*, que tiveram suas atividades interrompidas em decorrência das restrições impostas durante o período. Ao total 219 escolas japonesas fecharam suas portas (DEMARTINI 2000).

As únicas instituições de ensino que conseguiram permanecer em funcionamento foram aquelas cujas atividades eram conduzidas em língua

portuguesa, que não recebiam qualquer tipo de apoio do governo japonês ou por possuir a ajuda de alguma pessoa influente. No entanto, mesmo essas escolas enfrentaram adaptações em sua estrutura e organização pedagógica. Um exemplo é a Escola de Corte e Costura Akama, que passou a incorporar em seu currículo disciplinas como latim, francês, inglês e português, com o objetivo de adequar-se ao modelo do ensino secundário brasileiro da época. Outro fator relevante que impactou significativamente a educação dos imigrantes nesse período foi a imposição legal que proibia estrangeiros de exercerem cargos de direção ou de assumirem a titularidade das instituições de ensino, fossem elas públicas ou privadas (DEMARTINI, 2000).

Em reação às intensas perseguições e restrições impostas à comunidade japonesa no Brasil, aliadas ao crescente sentimento de preservação e proteção da identidade nipônica, entre os anos de 1942 e 1944 começaram a emergir grupos ultranacionalistas formados por imigrantes. Essas organizações tinham como principal objetivo zelar pelo bem-estar e pela coesão da população japonesa residente no país. Embora não haja dados precisos sobre o número total desses grupos, destacam-se algumas das principais associações atuantes no período, como o *Seinen Aikoku Undô* (Movimento Patriótico da Mocidade), o *Tenchugumi* (Grupo de Castigo Celeste), o *Sekisei-dan* (Grupo de Leais Servidores do Imperador) e, sobretudo, a *Shindo Renmei* (Liga dos Seguidores do Caminho dos Súditos), considerada a mais influente e conhecida entre elas.

Durante o período da guerra, tais grupos ultranacionalistas adotaram práticas de sabotagem, entre as quais se destacava a destruição das plantações de bicho-da-seda, matéria-prima essencial na fabricação de itens utilizados pela indústria bélica norte-americana, resultado de acordos comerciais firmados entre os Estados Unidos e o Brasil. Para essas organizações, era inaceitável que membros da comunidade nipônica contribuíssem, direta ou indiretamente, com nações consideradas inimigas do Japão no conflito. A indignação era ainda maior diante do fato de que os imigrantes japoneses figuravam entre os principais produtores de bicho-da-seda em território brasileiro, o que tornava sua colaboração, mesmo que involuntária, ainda mais simbólica e condenável aos olhos desses movimentos radicais.

3.3 Terceiro período (1946-1958)

Conforme mencionado anteriormente, a Segunda Guerra Mundial chegou ao seu término em agosto de 1945, com os bombardeios atômicos que devastaram as cidades de Hiroshima e Nagasaki, localizadas no Japão. Em decorrência de sua posição estratégica e militar ao longo do conflito, a nação japonesa sofreu inúmeras consequências, além da destruição massiva provocada pelas explosões nucleares.

Entre os muitos desafios enfrentados pelo Japão no processo de reconstrução pós-guerra, destacou-se uma limitação geográfica significativa: a reduzida extensão territorial do país, somada ao expressivo crescimento populacional no período, agravou ainda mais a situação. O governo japonês viu-se diante da necessidade urgente de prover alimentação, habitação adequada e oportunidades de trabalho para uma população em constante expansão (SANTOS, 2016).

Considerando os desafios já mencionados, ao longo do tempo o Japão gradualmente restabeleceu suas relações diplomáticas e comerciais com outros países, as quais haviam sido interrompidas em decorrência dos confrontos bélicos da Segunda Guerra Mundial. Com a normalização desses vínculos internacionais, os fluxos migratórios de cidadãos japoneses para o Brasil, que haviam sido temporariamente suspensos, foram retomados. Entretanto, observou-se uma mudança significativa no perfil dos novos imigrantes em comparação com os pioneiros que chegaram ao território brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Os novos imigrantes procurados pelo governo brasileiro eram aqueles com qualificação profissional mais elevada, com o objetivo de engajar os mesmos no ramo industrial nacional, e não mais em plantações no interior do país. Entre os anos de 1947 e 1956, o governo japonês implementou uma série de medidas institucionais voltadas ao fortalecimento de sua política migratória (fonte. Neste contexto, foram organizadas redes de apoio burocrático e administrativo com o objetivo de preparar adequadamente os emigrantes para sua nova realidade, entre essas iniciativas, destacaram-se os cursos de formação oferecidos aos cidadãos que pretendiam deixar o país, nos quais eram abordados temas como a geografia, a religião e os costumes dos países de destino (SANTOS, 2016).

O término da Segunda Guerra Mundial, de maneira paradoxal, não resultou em uma diminuição das tensões e disputas existentes entre os membros da comunidade nipo-brasileira. O ambiente de hostilidade persistiu, porém as políticas

legais restritivas impostas pelo Estado brasileiro durante a guerra foram, de fato, suavizadas após o seu encerramento. Mesmo assim, novas formas de conflitos emergiram no meio da própria coletividade japonesa residente no país. Entre esses embates, destacavam-se as divergências internas entre os próprios imigrantes de origem japonesa. Os recém-chegados, marcados profundamente pelas experiências traumáticas vividas diretamente no cenário de guerra, carregavam consigo as cicatrizes emocionais e sociais oriundas da devastação que testemunharam. Em contraste, os imigrantes mais antigos, estabelecidos há mais tempo no Brasil, haviam vivenciado o conflito apenas de forma indireta e distante. Tais diferença de experiências gerou percepções mútuas negativas: os imigrantes mais recentes eram frequentemente vistos como “acomodados”, por não enfrentarem as mesmas dificuldades de inserção e esforço para construir uma imagem positiva perante a sociedade brasileira; enquanto os veteranos, por sua vez, eram rotulados como “atrasados” ou “pouco instruídos”, devido ao seu nível educacional inferior se comparado ao dos japoneses que haviam chegado após a guerra (SANTOS, 2016).

Outro episódio significativo ocorrido nesse período foi a expansão da organização *Shindo Renmei*. Com o encerramento das hostilidades do conflito mundial, o grupo cessou suas ações de sabotagem contra produções e atividades que, de alguma forma, pudessem beneficiar as nações consideradas adversárias do Japão durante a guerra. No entanto, a mudança de cenário não representou o fim das práticas extremistas promovidas pela entidade, em vez disso, a *Shindo Renmei*, redirecionou seus esforços para dentro da própria comunidade japonesa no Brasil, adotando uma postura agressiva contra aqueles que reconheciam a derrota do Japão. Pesquisar mais sobre, livro que o Jorge vai mandar.

Como já analisado anteriormente, a comunicação dos imigrantes japoneses no Brasil foi significativamente afetada com a proibição dos meios de comunicação no idioma japonês, levando assim a ao surgimento de rumores, principalmente dentro das colônias, que o Japão teria sido vitorioso da guerra, assim todos os imigrantes que acreditavam na ideia de que o Japão havia perdido a guerra eram perseguidos e muitas vez podiam até serem mortos pela organização, este recebiam o nome de “derrotistas” ou “esclarecidos”.

Um dos entrevistados (M.Y.), que morava nesta ocasião em uma região do interior em que havia forte concentração de japoneses,

Bastos, presenciou a atuação violenta da *Shindo Renmei* e relatou como um dos moradores da colônia, um ex-coronel, foi assassinado porque tentou explicar para os vizinhos que, desta vez, nesta guerra, o Japão fora derrotado. O entrevistado afirmou, várias vezes, que as pessoas na colônia, no interior distante, ficaram sem notícias, o que levou ao surgimento de rumores de que o Japão teria vencido (DEMARTINI, 2004, p.173).

Outra forma de violência praticada pela organização *Shindo Renmei* consistia na manipulação psicológica de imigrantes em situação de maior vulnerabilidade, explorando a ignorância de muitos compatriotas. O grupo incentivava a venda de propriedades e bens no Brasil em troca de *ienes*, a moeda japonesa que à época encontrava-se severamente desvalorizada. O objetivo dessa estratégia era persuadir os imigrantes a retornarem ao Japão, alimentando a ilusão de que encontrariam um país reconstruído e em melhores condições. A decepção causada pelo choque entre as expectativas e a dura realidade levou diversos desses indivíduos ao desespero, levando a muitos optarem pelo suicídio (DEMARTINI, 2004).

Infelizmente, há uma escassez de estudos aprofundados sobre o sistema educacional vigente naquele período, especialmente no que diz respeito à influência dos acontecimentos políticos e sociais sobre as instituições escolares da comunidade nipo-brasileira. No entanto, conforme aponta Demartini (2004), as pressões exercidas por membros da facção extremista *Shindo Remmei* repercutiram diretamente no ambiente escolar. Muitos pais, influenciados pelo discurso nacionalista do grupo, passaram a direcionar seus filhos para escolas que reafirmavam a suposta vitória do Japão na Segunda Guerra Mundial,. Esse movimento gerou um processo de esvaziamento em diversas instituições de ensino que não adotavam esse tipo de narrativa, obrigando-as a reformular suas diretrizes pedagógicas e a adaptar seus conteúdos para se alinharem às exigências ideológicas impostas por tais grupos radicais, além de também preservar a integridade física e institucional das escolas, que temiam represálias ou até mesmo atos de violência. Um exemplo emblemático dessa realidade foi o caso da Escola de Corte e Costura Akama, que se viu compelida a ajustar seu currículo e práticas para evitar possíveis perseguições por parte da *Shindo Renmei*.

Foi o caso de uma entrevistada, na época dona de uma famosa escola japonesa de São Paulo, onde estudavam moças vindas de muitas regiões. Com a divisão entre os vitoristas e os derrotistas, além de ser ameaçada, ela perdeu metade das alunas, pois os seus pais diziam que ela era uma traidora, pois o Japão não havia perdido a guerra; colocaram as filhas em outra escola (DEMARTINI, 2004, p.175).

Outro fator relevante que influenciou significativamente as transformações no ensino entre os imigrantes japoneses no período pós-guerra foi a mudança nos projetos de vida dessa comunidade em território brasileiro. Com o fim do conflito mundial, muitos japoneses deixaram de alimentar o desejo de retornar ao Japão, passando a enxergar o Brasil como sua nova pátria definitiva. Essa alteração de perspectiva teve impacto direto nas prioridades das famílias nipo-brasileiras, especialmente no que diz respeito aos investimentos educacionais. Gradualmente, os imigrantes começaram a priorizar a inserção de seus filhos em instituições de ensino brasileiras, reconhecendo nelas uma via promissora para a mobilidade social e a integração plena à sociedade local, com o objetivo da ascensão social por meio da educação formal oferecida pelo sistema nacional. Como consequência desse novo direcionamento, às escolas japonesas, incluindo aquelas situadas dentro das colônias agrícolas, passaram a perder gradativamente sua relevância à medida que os jovens de ascendência nipônica se integravam ao sistema educacional brasileiro. Aos poucos, essas instituições tradicionais foram sendo esvaziadas (DEMARTINI, 2000).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação dos imigrantes japoneses no Brasil revela não apenas a trajetória de um grupo étnico diante de desafios políticos, sociais e culturais, mas também a complexidade das relações entre identidade, pertencimento e adaptação, desde a chegada dos primeiros imigrantes, em 1908, até o período pós-Segunda Guerra Mundial. O processo de inserção da comunidade japonesa na sociedade brasileira passou por profundas transformações, refletidas diretamente em suas práticas educacionais.

Inicialmente, a imigração japonesa foi marcada por um caráter temporário e experimental, com muitos imigrantes planejando apenas acumular recursos

financeiros antes de retornar ao Japão. Contudo, o cenário brasileiro, especialmente no interior paulista, acabou se tornando o espaço definitivo de vida para milhares de famílias, que se organizaram em colônias com forte coesão étnica, promovendo uma educação voltada à manutenção da língua, dos valores e da cultura nipônica.

As escolas japonesas, muitas vezes construídas com recursos e mão-de-obra das próprias comunidades, refletiam esse desejo de preservação cultural, instrução era predominantemente em japonês e instituições que surgiram de forma orgânica, com grande diversidade de modelos. Neste modelo figurava desde escolas agrícolas profissionalizantes até colégios religiosos e cursos noturnos para adultos.

Esse cenário sofreu uma inflexão dramática a partir da década de 1930, sobretudo com o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas e, posteriormente, com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. A legislação nacionalista imposta durante o conflito resultou na perseguição sistemática das manifestações culturais estrangeiras, impactando severamente as escolas japonesas, como por exemplo a proibição do uso da língua japonesa, o fechamento de instituições e a criminalização de práticas comunitárias enfraqueceram os alicerces da educação nipônica no país.

O pós-guerra não trouxe uma retomada automática da normalidade. Pelo contrário: o fim do conflito intensificou divisões internas na comunidade japonesa no Brasil, alimentadas pela atuação violenta de grupos ultranacionalistas como a *Shindo Renmei*. A disputa entre os chamados “vitoristas” e “derrotistas” gerou um clima de desconfiança e medo, que se refletiu também no ambiente escolar. Escolas que não se alinhavam à narrativa de vitória do Japão foram esvaziadas, perseguidas ou até fechadas, o que expõe a instrumentalização ideológica da educação em contextos de radicalismo.

Paralelamente, a mudança no perfil dos imigrantes japoneses após 1945 e o fim da expectativa de retorno ao Japão marcaram uma nova fase na integração da comunidade nipo-brasileira. Muitos passaram a ver o Brasil como pátria definitiva, o que levou a uma valorização crescente da educação formal brasileira, as famílias começaram a matricular seus filhos em escolas públicas e privadas nacionais, com vistas à mobilidade social e à inserção plena no tecido urbano e profissional do país.

Dessa forma, a trajetória da educação dos imigrantes japoneses no Brasil pode ser compreendida como um espelho das tensões entre tradição e adaptação,

pertencimento e exclusão, resistência cultural e assimilação. As escolas japonesas foram espaços de construção identitária, mas também arenas de conflito político, ideológico e social. Ao analisar esse percurso, torna-se evidente que a educação não é um campo neutro, mas um reflexo das forças históricas que moldam as experiências de indivíduos e coletividades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Cecília Rosendo de. Imigração japonesa e identidade nacional. **Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília**, Brasília, 2007.

BRASIL, Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938: Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União- Seção 1- 6/5/1938**, Página 8494.

BRASIL, Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938: Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. **Diário Oficial da União- Seção 1- 19/4/1938**, Página 7357

BRASIL, Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942: Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. **Diário Oficial da União- Seção 1 12/3/1942**, Página 3918

CRÉ, Kamila Gouveia Camargo; LACERDA, Natália de Fátima de Carvalho; SARRAFF, Luíza Rafaela Bezerra. O Japão na Era Meiji: quando o distante se torna próximo. Disponível em: https://professorbrunogeo.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/o_japao_na_era_meiji_-_quando_o_distante_se_torna_proximo.pdf. out, 2012

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 72, p. 43–72, ago. 2000.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. **História Oral**, n. 7, jul. 2009.

ENNES, Marcelo Alario. A construção de uma identidade inacabada. São Paulo: **Editora Unesp**, 2000.

GONÇALVES, Ronaldo Pereira. O Japão na conjuntura internacional de 1930-1940. **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 16, p. 199, 2010.

HAMMES, Edilberto Luiz. Quadro exposto em locais públicos produzido pela delegacia de São Lourenço do Sul, RS, em 1942. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1805440279758945&set=proibido-falar-italiano-alem%C3%A3o-e-japon%C3%AAs-quadro-obrigatoriamente-exposto-em-casa>

INAMURA, Diogo Silva. Imigração Japonesa e o Surgimento da Shindo Renmei: Apontamentos sobre a Questão da Informação na Era Vargas. **Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal da Integração Latino Americana**, Foz do Iguaçu, 2022.

IWAMOTO, Vivian. Educação e civilidade nas memórias de infância de imigrantes japoneses. **Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados**, Dourados, 2016.

KANASHIRO, Yukihide Reinaldo. Yui Maru: as escolas de imigrantes japoneses e suas comunidades no Estado de São Paulo: a Escola Primária Kazushi e a Escola Campo Limpo (1930-1957).

Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Educação e cultura: Brasil e Japão**. Pró-posições. São Paulo, v. 24, n. 2 (71), P. 269-274, mai/ago. 2013.

KOMATSU, Patrícia. A perseguição aos imigrantes japoneses em São Paulo: o contexto da Segunda Guerra Mundial. **V Seminário do Projeto de História do Português Paulista II**, 1 edição., 2015, São Paulo. p. 170-178.

LEMONS, Henrique Fischer; RIBEIRO, Marcelo Santos. A inserção do Japão no sistema internacional durante os períodos Edo e Meiji. **Boletim LEA**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 30-45, mai. 2018.

LOURENÇÃO, Gil Vicente. Dos mares do Japão às Terras Brasileiras: Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura. **Revista TOMO**, Brasil, n.26, jan/jun 2015.

MITA, Chiyoiko. Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. **Humanitas FFLCH USP**, São Paulo, 1999.

MOTOYAMA, Shozo. Ciência, cultura e a tecnologia e a Restauração Meiji. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 14, p. 93–100, 1994.

OBA, Diego Bermejo. Colonização japonesa no estado de São Paulo: mobilidade e organização espacial – 1908 a 1924. 2021. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)**, Bauru, 28 set. 2021.

OCADA, Fábio Kazuo. Recordações de um fragmento da história da imigração japonesa no Brasil. **Revista RURIS**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 75–81, mar. 2012.

OCADA, Fábio Kazuo. Uma reconstrução da memória da imigração japonesa no Brasil. Teoria & Pesquisa: **Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 1, n. 23, p. 141–155, jul./dez. 2006.

PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. *Brasil: país de imigração?*. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, III série, n. 24, p. 65 - 96. Lisboa, 2011.

SAITO, Hiroshi. O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: **Ed. Sociologia e Política**, 1961.

SANTOS, Méllanie Christina Batista. Os imigrantes japoneses no Brasil: a inserção e a adaptação à sociedade brasileira após a Segunda Guerra Mundial. **Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais) – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB**, Brasília, 2016

SILVA, Carlos André Lopes, In: PIORE, Mary Del; DARÓZ, Carlos (Orgs). A história do Brasil nas duas guerras mundiais. Editora Unesp, São Paulo, p, 2019

SUZUKI, Teiiti. A imigração japonesa no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 39, p. 57–65, dez. 1995.

TANAKA, Aline Midori de Moraes. Imigração e colonização japonesa no Brasil – um resumo. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 37–44, jul. 2003.